

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

1 **Ata da Reunião Ordinária de Abril do CEDM/PR**

2 Ao nono dia do mês de abril de dois mil e dezenove, às nove horas e cinco minutos, período da manhã,
3 no Palácio das Araucárias localizado a Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, Sala de Gestão, nesta capital,
4 foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná. **Abertura**,
5 senhora Juliana Muller, Secretária Executiva, dá as boas vindas aos presentes e solicita que
6 Conselheiros se apresentem, assim como todos os convidados. Fizeram-se presentes, conforme
7 convocação prévia **Conselheiros Representantes Governamentais**, Tatiani Macarini Suplente da
8 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social SEDS; Hermínia Regina Bugeste Marinho
9 Titular da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior SETI, Kelly L. Savioli da Cunha
10 Suplente Secretária de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos SEJU, Roberta Gomes Justus
11 Costa Titular da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos Política do Trabalho
12 SEJU, Louise da Costa e Silva Garnica Titular da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação
13 Geral SEPL, Carolina Puglia Freo Suplente da Casa Civil, Marcia Rejane Vieira Marcondes Titular da
14 Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Peitenciária SESP. **Conselheiros**
15 **Representantes da Sociedade Civil**, Maria Isabel Pereira Correa Titular e Suplente Deborah Branco
16 Godinho Castro da União Brasileira de Mulheres UBM/PR; Carmem Regina Ribeiro Vice da Rede
17 Feminista de Saúde; Giana Alessandra S. Silva Titular Grupo Dignidade; Ivanete Paulino Xavier Titular da
18 Rede de Mulheres Negras do Paraná, Livia Diniz Lopes Sola Titular Federação das Associações de
19 Moradores do Estado do Paraná FAMOPAR, Alzimara Cabreira Fraga Bacel Suplente da Federação de
20 Mulheres do Paraná, Tania Cristina de Castro Ribeiro Titular da Central Integrada de Apoio Familiar,
21 Marceli de Camargo Suplente da Central Integrada de Apoio Familiar. **Colaboradores e Convidados**
22 **(as)**, Janaína ...CAOP Direitos Humanos MP PR; Cláudia Martins de Souza, SESP PR, Carolina Bolfe
23 Secretária de Saúde Saúde Mulher, Jussara Ribeiro Assessora Secretária de Agricultura e Abastecimento
24 SEAB EMATER, Livia Diniz Lopes FAMOPAR, Silvane Farah Assessora do CPM, Deise Mara Assistente
25 Social CPM SEDS, Anni Cristini Vencanto Instituto Somos Mais, Marirlice Collin Instituto Somos Mais,
26 Walquiria Onete Gomes Coordenadora CRAM Secretária de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos
27 Humanos SEJU, Mara Spenandio Assistente Gabinete SEJUF, Ana Carolina Francechiu Promotora
28 MP/PR CAOP Direitos Humanos. **Apreciação e Aprovação da Pauta.** Justificativa Ata de
29 Fevereiro/2019. Informes da SEC/CEDM; Indicação Presidência Governamental; Projeto Somos +
30 "Prevenção à violência intrafamiliar e atendimento às vítimas" ONG AVIS; Convênio para trabalho
31 voluntário com mulheres atendidas pela Casa da Mulher Brasileira; Lei 19.727 de 11/12/2018- Política do
32 Trabalho; Apuração sobre responsabilidade da PM pela demora no atendimento a vítima de Femicídio
33 em Fazenda Rio Grande; Finalização dos trabalhos do GT sobre Femicídio; Aprovação da Proposta de
34 Errata do Plano Estadual dos Direitos da Mulher 2018-2021; Monitoramento do Plano Estadual dos
35 Direitos da Mulher 2018/2021; Reunião Ampliada do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
36 Aprovação da Proposta "Recomendações aos municípios da V Conferência Nacional de Políticas para
37 Mulheres"; Dia Nacional da Mulher 30 de Abril de 2019; **Informes. Justificativas de ausências**, Não
38 recebido. **Indicações Governamentais**, processo em nomeação, Secretária de Estado da Cultura
39 SEEC Titular Regina Helena Saboia Lorio, Suplente Elietti de Souza Vilela Secretária de Estado da Saúde

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

40 SESA, Titular Carolina Bolfe Poliquesi e Suplente Bernadete Maria Carraro. Secretaria de Estado do
41 Esporte e Turismo SEET, sem indicação. Titular Adriana Porto Seus e Suplente Cynthia Isabelle Bastitel
42 Martins. **Indicações/Permanência**, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração
43 Penitenciária SESP Titular Márcia Rejane Vieira Marcondes e Suplente Eliete Aparecida Kovalhuk.
44 **Processo de nomeação em trâmite**, ofício recebido 072/2019 UEM Indicando novas nomeações Titular
45 Fabiana Aparecida de Carvalho em substituição a Patrícia Lessa dos Santos e Suplente Cristiane Muller
46 Calazans em substituição a Eliane Rosa Maio. **Pauta Aprovada**. Reunião prossegue com o Depoimento
47 pessoal da senhora Marilice, apresentando pontos importantes para análise de todas Conselheiras
48 referente a violência familiar que sofreu. Todo o engajamento na causa se justifica pelo fato de ter
49 presenciado violência na própria casa. Em relato, expõe seu sofrimento ao ver sua mãe ser vítima de
50 feminicídio pelo próprio pai na década de noventa. Fato que repercutiu muito na mídia. Na época ela
51 relata que tinha dezessete anos e seu irmão doze anos, o que foi extremamente impactante para eles e
52 ainda diz o quanto o ocorrido causou um enorme sofrimento familiar que para ela é certamente o que
53 leva uma família a adoecer, pois a base familiar fica prejudicada. Devido sua triste experiência, Marilice
54 Collin junto das.....se uniram para buscar juntas, formas que pudessem aliviar esse sofrimento familiar,
55 além da preocupação com os demais membros, que para ela precisam de apoio contínuo, e também não
56 esquecer do agressor. Marilice agradece muito as contribuições da colega Conselheira Valquíria e
57 apresenta alguns dados pesquisados, o Programa Somos mais Escola e a ideia do Projeto. A proposta é
58 que se quebre o ciclo da violência, trabalha-se a prevenção, e busque esclarecer sobre os padrões de
59 convivência que as crianças já estão inseridos. O que parece óbvio para nós, Marilice pontua não ser
60 para algumas crianças. O incesto é algo que tem elevadíssimos índices, e como exemplo cita o município
61 de Campo Largo no Paraná. De dada seis crianças, uma sofre violência, portanto o Projeto busca uma
62 mudança no âmbito familiar dessas crianças, entendendo que o Projeto é bastante amplo audacioso mas
63 necessário. Associando a tecnologias vigentes, a vítima pode ser identificada e a violência evitada.
64 Marilice faz um importante apontamento com relação ao um Projeto realizado em Mato Grosso, que tem
65 se preocupado com isso e em estatísticas mostra que foi baixíssimo o índice de residência. Atualmente
66 verifica-se que a mulher estando fragilizada fica sem atitude para se buscar uma ajuda, o que para ela é
67 necessário que se tenha um olhar individualizado. O Programa contará com visitas em escolas, a
68 princípio com escolas municipais, com apoio de uma equipe preparada de Psicóloga, Assistente Social,
69 que totalizam inicialmente com seis pessoas, que levarão informações e orientações importantes para as
70 crianças e convidando a família a participar junto, para que através de palestras, teatros, atividades
71 direcionadas seja oportunizado a todos o cuidado e acompanhamento quando observado e relatados
72 casos de violências. Muitas vezes são meninas de quinze anos sofrem a violência, já são mães, e
73 considerada criança no Estatuto, vive como mulher. Estas questões entre outras as levam refletir como é
74 preciso desburocratizar os atendimentos ofertados pelos municípios e ou Estado. O CRAM tem
75 apresentado excelente trabalho, mas considera que ainda é preciso mais, para que o atendimento de fato
76 chega aos trezentos e noventa e nove municípios do Estado do Paraná. Palavra segue com a senhora

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

77 Anni Cristini Vencato, outra idealizadora do Projeto, explicando melhor diz que o Projeto terá começo,
78 meio e fim, com um atendimento à família, se dará um acompanhamento psicológico contínuo, com
79 parcerias de profissionais do próprio bairro. O profissional atenderá a família uma vez por semana
80 durante um ano. Mesmo observando que profissionais da área dizem que o atendimento para se
81 completar de fato deve ser necessário que o acompanhamento seja de dois anos. Na sequência,
82 Marilice Collin retoma a fala e se comove, e em momento de grande emoção, pausa a reunião. A
83 Presidente solidária, pontua que ela se dispor a abrir uma ferida não seja nada fácil e compreende esse
84 momento. Pedindo desculpas, retoma a fala, dizendo o quanto tem se preparado para lidar com esta
85 situação e que procura não se deixar envolver-se emocionalmente, pois considera importante separar a
86 experiência pessoal do Projeto. Mas o fato que para ela, é o mais difícil, é quando relembra o dia, e em
87 especial a imagem de seu irmão ainda muito criança ter visto a morte da própria mãe, pois ela morreu
88 nos braços dele. Marilice cita ainda, as pacientes que Valquíria acompanhou, o convite feito pela Ministra
89 Damaris, que em Brasília elas apresentassem o Programa, e que foi muito positivo pois se trata de saúde
90 pública e visualiza a possibilidade futura do Projeto se estender. Diz ela que, é preciso iniciar e com a
91 prática o alinhamento vai acontecendo. Faz breve exposição sobre o uso do aplicativo, que se trata de
92 um botão que acionado acusará a localização da possível vítima, bem como, seus dados todos ali
93 descritos. Diz ela ser uma parceria com o Órgão de Segurança Pública. Sabe-se que o custo é alto, que
94 se trata de Um Projeto inovador, já formatado mas que precisa imediatamente acontecer. Marilice abre
95 para questionamentos e ou contribuições do Colegiado. Conselheira se manifesta, indagando-as sobre
96 se elas pensaram em abranger no Programa um recorte ao público LGBT, que sofre da violência. Em
97 resposta, Marilice afirma que o Programa não faz segmentação alguma e que envolve o público adulto e
98 infantil. Algumas Conselheiras se manifestam pontuando pontos muitos positivos do Projeto e ainda
99 fazem, colocações sobre a necessidade do programa se aproximar da realidade Institucional, somando
100 trabalhos. Citam a área da saúde que pode contribuir com as informações de dados que já foram
101 notificados e que precisam de apoio. O Conselho em sua maioria, considera muito bom o Programa e
102 sugere que elas possam ancorá-lo as iniciativas Institucionais já existentes, além da possibilidade de se
103 abranger o Programa as escolas Estaduais para que os adolescentes também sejam incluídos. Em ilação
104 final, senhora Marilice diz que a ideia é sim ampliar a cadeia, para que também o Terceiro Setor some e
105 fortaleça o que já vem ocorrendo por iniciativas públicas. Prossegue reunião com a fala da senhora
106 Ermínia, sugerindo que este Programa seja também apresentado a outros Conselhos como o CEDCA,
107 as Universidades, ao Banco de Projetos da SEET entre outros. Senhora Presidente, manifesta-se
108 admirada por ver que o sonho de três mulheres começa a acontecer. Para ela, essas parcerias são muito
109 importantes, mas faz uma observação com relação as mulheres que se encontram em vulnerabilidade,
110 como terão acesso a tecnologia, como pensaram? Anni esclarece que o Projeto está aberto à
111 contribuições, que apenas o disk 181 não é suficiente, mas que conforme as interações vão acontecendo
112 o Projeto vai crescendo e todos os pontos que surgirem vão sendo sanados. Num primeiro momento, o
113 Programa iniciará em Curitiba e depois se estenderá a demais municípios. Para Anni, é preciso que nesta
114 fase ocorra a divulgação do Programa, que já conta com uma equipe estruturada, treinados para dar o
115 apoio necessário para o atendimento na escola e o acompanhamento familiar posterior na residência.

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

116 Além de que informa ela, que estes profissionais serão treinados continuamente. Anni cita que o Projeto
117 inclui um questionário que as famílias deverão preencher. Em dúvida, Conselheiras levantam vários
118 questionamentos. Primeiro, se esse questionário poderá ser disponibilizado para conhecimento do
119 Colegiado e se elas já tem uma data pré estabelecida para que ele inicie. Qual a real ideia delas em se
120 apresentar o Projeto a este Conselho, se para análise, ajuda ou apenas ciência. Sobre os custos dele e
121 da disponibilização de RH no Programa. Senhora Anni, em atendimento a todos os questionamentos,
122 informa que o Projeto Piloto, contendo todo o fluxo pensado, logo será disponibilizado à todos. Marilice, e
123 Anni, finalizam a participação, agradecendo ao Conselho a abertura, o convite da Conselheira Tatiane.....,
124 que não se trata do Conselho ter que Deliberar nada a respeito, mas para fortalecimento, sensibilização e
125 ciência de todas. Presidente senhora Carmem Regina agradece a exposição e presença e se coloca a
126 disposição para contribuições que se fizerem necessárias. Marilice deixa seu contato pessoal a
127 disposição de todas. Conselho as convidam a permanecer na reunião. Reunião do Colegiado prossegue.
128 Discute-se sobre evento ocorrido em março em Curitiba no dia vinte de março na Prefeitura de Curitiba,
129 referente a Casa da Mulher Brasileira, DNA da mulher Brasileira, pois o Conselho diz ter tido apenas
130 informações através da mídia. Presidente pede que se algumas das Conselheiras tenha comparecido,
131 possa apresentar as definições e acordos realizados na ocasião, para maior interação deste Colegiado.
132 Em esclarecimentos, senhora Marcella da SEAF, Instituição Cristã, diz ter observado em discussões
133 anteriores e preocupada com os altos índices de violência apontados, pontua ter levado para
134 conhecimento da equipe e de suas respectivas Coordenações, a problemática, para que pudessem estar
135 trabalhando em paralelo, o Projeto “Mulheres que se importam”, “Mulheres que se importam” ao “Mulher
136 DNA Brasileira.” Em reunião de líderes das igrejas Cristãs criou-se o Projeto Capelania, que são
137 desenvolvidos por mulheres católicas e evangélicas, sem enfoque técnico, apenas de Capelania.
138 Ressalta que são três as idealizadoras, que juntas assinaram Termo de Voluntariado e seguem com o
139 trabalho. Marcella ainda, diz considerar importante que façam a elas o convite de virem ao Colegiado
140 apresentar mais detalhadamente o Projeto, o trabalho e os resultados. Destaca que o objetivo principal é
141 estar trabalhando o lado espiritual, emocional dessas mulheres. Em questionamento, senhora Presidente
142 solicita melhor descrição do significado de Capelania neste trabalho. Marcella explica que se trata de um
143 apoio espiritual, onde falam do amor de Deus. Abre-se para dúvidas e/ou sugestões das Conselheiras.
144 Um dos questionamentos levantados por uma Conselheira refere-se a sua preocupação em se vincular o
145 trabalho em crenças específicas, falando-se de Deus exclui-se outros credos, como por exemplo da
146 cultura Africana, Senhora Anni esclarece que o atendimento é realizado por voluntárias e que o
147 atendimento só acontece se a mulher solicitar. Ressalta que este atendimento iniciou-se devido os
148 elevados índices de violência que as mulheres cristãs vem sofrendo, ela ainda salienta que o espaço é
149 aberto para todos, todas as religiões podem se manifestar, basta elas se movimentarem. A senhora
150 Presidente Carmen particulariza as demais Conselheiras que tinha compreendido que o Projeto
151 aconteceria com atendimento seria exclusivamente realizado dentro da própria Igreja, mas acentua para
152 a necessidade de se oficializar o Conselho Municipal e o Conselho Estadual para conhecimento. Ela enfatiza

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

153 que devido o Estado ser laico, é preciso se ter um certo cuidado com religiões, pois se deve garantir o
154 direito de todas manifestações religiosas. Para ela o trabalho é bom mas precisa ser muito transparente,
155 bem claro e aberto a todos os segmentos. Por estas questões é que ela colocou em pauta para
156 discussão do Colegiado. O debate se estende com manifestações de algumas Conselheiras. Após a
157 reunião prossegue, com a presença do senhor Messias, Política do Trabalho, Assessor do Diretor do
158 Departamento do Trabalho trazendo ao Conselho a discussão do Projeto de Lei 19.727 de 11/12/2018 do
159 Deputado Luis Carlos Martins, que trata de cotas para as mulheres vítimas de violência. Messias
160 esclarece que ainda será preciso estruturar as ideias, que o Departamento será responsável pelos
161 encaminhamentos, avaliando o o perfil da mulher. A princípio pensou-se em estruturar-se em cinco blocos
162 de contratação, numa média de cinco mil mulheres. Messias, pede que o Conselho se manifeste com
163 contribuições para que de fato se regulamente o Projeto. Em fala a senhora Carolina Bolfe, se manifesta
164 muito feliz e agradecida por esta pauta tão importante, e que o Projeto se fortaleça e a Lei sai do papel.
165 Ela ainda faz algumas sugestões pessoais de como se executar o texto. O enfoque a esta pauta é que se
166 possa tão logo, regulamentar a Lei mediante Decreto, afim de facilitar o Processo Licitatório e
167 posteriormente após aprovação e demais tratativas, dar as devidas orientações as Empresas. A
168 discussão se mantém, devido as especificidades, para melhor alinhar e condensar as ideias de todas as
169 Conselheiras. Conselheira Alzimara Cabreira, se posiciona levantando uma reflexão ao Conselho, de
170 como se pensar a mulher na Agência do Trabalhador, no Sistema Público de Emprego. Como facilitar o
171 acesso as mulheres, priorizando as mulheres vítimas de violência. Alzimara pede que Messias possa
172 avaliar a proposta e levar para reflexão do Departamento. Segue a reunião. Senhor Messias faz alguns
173 esclarecimentos com relação ao seu trabalho, faz referência a Lei Federal do Fundo Nacional do
174 Trabalho e Justiça. Aponta que o Debate junto ao CINE será dado após regulamentações. Em resposta a
175 Conselheira Alzimara, ele cita o Projeto que estuda-se um Projeto denominado Banco da mulher
176 empreendedora, com linha de crédito para essas mulheres, diz ele que as políticas devem ser pensadas
177 juntos e realça a parceria do Departamento , da Diretoria, senhor Eder Colaço e demais, deixando aberto
178 a discussão junto a este Conselho. Conselho pontua a necessidade de não se esquecer das mulheres
179 refugiadas e imigrantes. Abre-se para propostas. Sugerem que o trabalho deva ser montado com
180 participação de todas Conselheiras. A Presidente senhora Carmem sugere que a Coordenação da
181 Política da Mulher apresente uma Representante e se inicie os estudos para que rapidamente o processo
182 se encaminhe. Messias aproveita para informar que o Departamento está organizando o Evento do dia
183 primeiro de Maio, sugerindo ao Conselho que neste dia possa ser apresentado o Projeto. Para ele uma
184 grande oportunidade de se dar a visibilidade necessária. Debatem para definição de Comissão para
185 iniciar o trabalho. Senhora Carmem pede que o Conselho defina também um prazo para execução e
186 formatação do texto. Discutem. Definido o dia dezesseis de abril. Fica em aberto a definição do horário e
187 sala, que deverá ser comunicado posteriormente a todas. Presidente agradece a presença de Messias e
188 suas contribuições. Reunião se estende o horário de almoço. Seguem para mais um ponto de discussão
189 da pauta. Carmem informa que no período da tarde terá a visita do senhor Secretario SEJUF, Ney
190 Leprovost. A discussão neste momento retrata do trágico e infeliz ocorrido no município de Fazenda Rio
191 Grande. A morte de Daniela ocorrida no dia quatorze de janeiro, vítima de feminicídio, morta a facadas

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

192 pelo ex. Marido. Conselheira traz alguns esclarecimentos. Apesar de nunca ter feito nenhum Boletim de
193 Ocorrência, mas por já ter sido vítima de agressão, seria preciso um cuidado melhor. Foi constatado que
194 foram realizadas diversas chamadas ao Comando da Polícia, mas que infelizmente a PM demorou para
195 comparecer ao local, registrado somente na madrugada, 1:40h. A mesma diz que o Processo está em
196 andamento, aberto Sindicância para se apurar as responsabilidades. Esta pauta leva-se a reflexão das
197 Conselheiras, do quanto é necessário priorizar esse tipo de ocorrência, para que a vítima tenha chances
198 de sobreviver. Ela acredita que talvez para a próxima reunião ela traga novos resultados das
199 investigações. Reforça algumas observações importantes, de que o MP está acompanhando o Processo
200 e que o Comandante da época já foi afastado. Carmem salienta que para que esses casos não ocorram
201 seja necessário rever todo o Protocolo. Aproveita e faz um registro, sobre uma pesquisa que fez,
202 relatando que as prioridades de atendimento dadas por eles são em primeiro lugar, assalto a banco e em
203 segundo, acidente de trânsito. Ao que trata se trata da finalização dos trabalhos do GT sobre o
204 Femicídio, informam que a nova Resolução se encontra na mesa do Secretário para assinatura. A
205 Conselheira Marcia Rejane Vieira é quem está acompanhando os trabalhos, que após assinado, retoma-
206 se os trabalhos, finaliza-se e publica-se. Reunião encerrada, Intervalo de almoço. Retomada a Reunião
207 às 13:30h com as correções referentes as Erratas observadas em Plano Estadual dos Direitos da Mulher.
208 Plano elaborado em 2017, acompanhado em 2018 e somente ao final do ano de 2018 tiveram a
209 informação de que o Plano tinha sido Publicado. Com a necessidade de se alterar a folha de rosto,
210 nomes, ficha técnica. Erratas corrigidas e Aprovadas pelo Conselho. Definido que será encaminhado a
211 todas Conselheiras para a última observação e na sequência será reencaminhado ao Setor de
212 Comunicação. Senhora Mara Sperandio, assessora do Secretário Ney Leprovost pede a palavra. Ela
213 informa ao Colegiado que infelizmente não será possível a presença do Secretário, pois o mesmo se
214 encontra em uma reunião que ainda não se encerrou. A discussão segue, com posicionamento a diversos
215 de como se estabelecer um fluxo de monitoramento do Plano. Ou permanece como já acontece ou se
216 altera a forma. Conselheira Bel, Maria Isabel Pereira, expõe sua sugestão e manifesta-se favorável em
217 não se perder o que já foi conquistado. Ela ainda traz ao Conselho, informações que obteve em
218 Audiência Pública realizada na Alep, Comissão da Mulher. Indaga sobre o Conselho não ter participado,
219 mas ela enquanto convidada, em exposição, fez referências importantes sobre o Conselho da Mulher.
220 Segue com a palavra Carolina Bolfe, se colocando a disposição do Conselho para colaborar, traz
221 apontamentos de instrumental e explica como pode ocorrer. Se propõe acompanhar o Plano de perto e
222 da melhor forma possível. Em esclarecimento, Conselheira evidencia que o Plano de Ação foi trabalhado
223 em três eixos e portanto, sugere que seja montado Comissões e cada uma delas acompanhe um eixo
224 específico. Porém, algumas Conselheiras discordam desta fragmentação. Conselho apresentam
225 propostas; Definem por Oficiar a Alep sobre o Plano de Ação da Mulher, para maior aproximação do
226 Conselho à Alep, ao Legislativo, solicitando que eles agendem uma data para que o Conselho possa ir
227 pessoalmente entregar o Plano. Alinha-se as ideias. Prossegue o debate com enfoque no trato para
228 melhor definição da Reunião Ampliada do Conselho. Abre-se para exposição de fala. Aprova-se a

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

229 realização de duas reuniões. Sugerem o mês de Junho e Novembro, como opção de local, o município
230 de Guarapuava e Cascavel. Acordam que o município escolhido seja o que tenha maior número de
231 Conselhos em funcionamento. Definido para a primeira reunião o município de Guarapuava nos dias
232 dezoito e dezenove de Julho. Já a segunda Reunião Ampliada, a ser realizada no mês de novembro,
233 ficará em aberto para definição de local na reunião de Guarapuava. Senhora Presidente, faz leitura de
234 texto contendo importantes orientações sobre a V Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que
235 será enviado posteriormente aos municípios. Sublinha-se que nada ainda foi recebido de âmbito Federal.
236 Carmem diz que ainda será enviado para as Conselheiras para contribuições. Para definições da
237 organização do Dia Nacional da Mulher, dia trinta de abril, abre-se para propostas e/ou sugestões. Será
238 um dia oportunizando atendimento técnico, orientações jurídicas, presença do ônibus lilás, oferta de
239 maquiagem, dança entre outros. O Evento tem como objetivo levar o Conselho à rua, próximo das
240 Mulheres em um ação que possa dar visibilidade ao Conselho. A ser realizado na Praça Santos Andrade
241 em Curitiba, agregando o trabalho voluntariado e as parcerias junto ao Conselho. Importante destacar
242 que, o Coordenador da Política do Idoso, senhor Matheus Mokedese, se propôs a colaborar no dia,
243 levando senhoras que ajudarão no trabalho. Fica definido que o Evento será realizado apenas em um
244 período a partir das treze horas até às dezesseis horas. Discussão de pauta se encerra e abre-se para
245 Informes Gerais das Conselheiras. Conselheira Bel, Maria Izabel Pereira, avulta sobre a possibilidade de
246 se fazer na Reunião ampliada, uma singela e carinhosa a Conselheira Irani, in memoriam. Bel sugere que
247 possa ser feita através de uma música que a Conselheira gostava muito. Para conhecimento de todos,
248 Bel canta a música. “ Companheira me ajude, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas
249 com você ando melhor.” E definido que Bel cante no dia. Aprovado pelas companheiras. Carolina Bolfe,
250 SESA, pede a palavra. Demonstra sua preocupação com a saúde da mulher indígena, faz referência a
251 todo o trabalho que a equipe de saúde vem realizado dentro das aldeias. Traz alguns exemplos que
252 acompanhou, de mulheres indígenas gestantes e ainda, destaca o importante acompanhamento que a
253 equipe presta a elas. Carolina, pede que o Conselho de alguma forma possa intervir e contribuir com
254 esse trabalho no intuito de oferecer apoio e valorização. Fica ajustado com a senhora Presidente que
255 repassará os contatos da Coordenadora do Projeto. Senhora Carmem, se posiciona positivamente e
256 ressalta para a importante preocupação que este Conselho deve ter com essa população. São mulheres
257 indígenas, quilombolas, mulheres em situações de risco, de rua, todas que precisam ter uma especial
258 atenção. Em seu desfecho, agradece a participação de todas, as valorosas contribuições e se despede.
259 Encerrada a reunião. A presente Ata foi lavrada pela Servidora Nicolle Pereira.